

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 7/2012**

Período: 17/03/2012 – 23/03/2012

GEDES – Brasil

- 1- Justiça Federal rejeita denúncia contra Sebastião Curió
- 2- Colunas opinativas e editoriais avaliam a tentativa de indiciar Sebastião Curió
- 3- Ministério Público Federal prepara ações criminais contra militares suspeitos de participar do desaparecimento de 24 pessoas durante o regime militar
- 4- Grupos organizam-se para influenciar o trabalho da Comissão da Verdade
- 5- Baixo orçamento Força Aérea Brasileira obriga ingressante a adquirir seu próprio material para o curso preparatório
- 6- FAB mantém presença em região fronteira para onde foram deslocados 15 mil militares venezuelanos
- 7- Projeto de lei visa tornar sigilosas investigações de acidentes aéreos conduzidas pela Aeronáutica
- 8- Governo brasileiro pretende anunciar empresa vencedora do Projeto FX-2, para modernização da FAB, até maio
- 9- Presença do Exército será requisitada na Conferência das Nações Unidas Rio+20
- 10- Grupo de militares da reserva lança manifesto criticando documento de colegas
- 11- Secretaria de Direitos Humanos pretende analisar presídios militares
- 12- Documentos divulgados pelo Wikileaks revelam temor de governo argentino sobre as pretensões nucleares brasileiras durante governo Lula

1- Justiça Federal rejeita denúncia contra Sebastião Curió

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o juiz federal João Cezar de Matos, da 2ª Vara Federal de Marabá, no estado do Pará, rejeitou no dia 16/03/12 a denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o coronel da reserva Sebastião Curió, conhecido como major Curió, acusado de sequestro durante a guerrilha do Araguaia (1972–1975). Segundo o juiz, a Lei da Anistia (1979) já absolveu os supostos criminosos políticos do regime militar (1964-1985), além disso, os desaparecidos na guerrilha já foram reconhecidos oficialmente como mortos por lei de 1995 e o crime de sequestro já haveria prescrito. Os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* informaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve analisar no dia 28/03/12 um recurso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que contesta uma decisão da corte de 2010 que confirmou a anistia àqueles que cometeram crimes políticos durante o período do regime militar. A OAB deve valer-se do mesmo argumento do MPF a favor do indiciamento do major Curió, ou seja, o de que se trata de crime permanente – aquele em que o dano se prolonga no tempo dependendo sua duração da vontade do agente. Entretanto, o *Estado* apurou que os ministros do STF devem reafirmar a decisão de 2010, julgando que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, mesmo condenando o Brasil ao mencionar que a Lei da Anistia entra em conflito com a Convenção Americana -

por impedir a punição de agentes que cometeram crimes durante o regime militar-, não altera o fato da Lei da Anistia estar apoiada na Constituição e ser ampla, geral, e irrestrita. O *Estado* ainda noticiou que, em março de 2011, procuradores e policiais federais estiveram na residência de Curió na capital federal, Brasília, para o recolhimento de documentos ligados à Guerrilha do Araguaia, mas não encontraram nenhum material. Os jornais *Folha* e *Estado* avaliaram que a tentativa de processar o major Curió tem suscitado debates acerca de sua participação no regime militar brasileiro. Na *Folha*, as discussões pautaram-se na linha de que o tenente-coronel pode ser considerado instrumento dos seus superiores, e dessa forma, se Curió realmente teve participação no sequestro e torturas dos quais é acusado, somente cumpriu ordens de superiores, no caso, os presidentes da República, Emílio Médici e Ernesto Geisel, e dos ministros do Exército, Orlando Geisel, Dale Coutinho e Silvio Frota. Já no *Estado*, as reportagens abordaram o tema sob o viés do judiciário, colocando em pauta se a Anistia de 1979 se aplica a casos ainda não encerrados, pelo fato dos restos mortais ainda não terem sido encontrados. Em coluna opinativa para o *Estado*, Anthony W. Pereira, diretor do Instituto Brasil no King's College em Londres, comparou a Lei da Anistia brasileira às leis semelhantes no Chile e Argentina, que também tiveram regimes militares, porém os casos de perdão-político são muito menos abrangentes. (Correio Braziliense – Política – 23/03/12; Folha de S. Paulo – 17/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 18/03/12; O Estado de S. Paulo – Aliás – 18/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/12)

2- Colunas opinativas e editoriais avaliam a tentativa de indiciar Sebastião Curió

Em coluna opinativa publicada no jornal *Correio Braziliense*, Renato Ferraz, jornalista e editor, afirmou ser favorável à condenação do coronel da reserva Sebastião Curió, pelo crime de sequestro qualificado, que teria cometido durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Ferraz faz referência à condenação que o Brasil sofreu em 2010 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por não punir os crimes cometidos em tal período. O jornalista classificou a atitude Estado brasileiro frente a essa questão como “covardia”, e argumentou que o Brasil deveria seguir o exemplo dos demais países sul-americanos já conhecedores de processos de condenação semelhantes. Já o editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, de 19/03/12, avaliou que a justiça orienta-se pela verdade material, e a tese de que os seqüestros da década de 1970 persistem até hoje é uma atitude artificiosa “de quem mede a legitimidade dos argumentos pelo potencial de servir aos seus propósitos”. O editorial destacou que a decisão sobre a Lei da Anistia (1979) já foi respaldada, e portanto não há razões para se gastar tempo e recursos com esse assunto. Adicionalmente, o editorial da *Folha* ressaltou que a tentativa de penalizar militares anistiados torna ainda mais difícil a instalação da Comissão da Verdade, que tem como desígnio dar acesso a documentos do período de 1946 a 1988, para esclarecimento do registro histórico. Em coluna opinativa publicada pela *Folha de S. Paulo*, no dia 20/03/12, o professor livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Vladimir Safatle, criticou o editorial do jornal publicado no dia anterior, argumentando

que, embora consistente, o editorial é passível de contestação. Safatle afirmou que os militares envolvidos na Guerrilha do Araguaia dificultam sistematicamente qualquer tipo de investigação do episódio, justamente por terem conhecimento dos locais onde estão enterrados os corpos das vítimas, o que caracteriza crime de ocultação de cadáver ou de sequestro. Safatle defendeu a instalação da Comissão da Verdade e as manobras utilizadas para o indiciamento do major Curió, alegando que "(...) só nos livraremos do passado ao encararmos nossas piores páginas mais uma vez." Por outro lado, em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Fábio Tofic, advogado e diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, avaliou que falta fundamento jurídico na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o major Curió. De acordo com Tofic, a Lei n.º 10.536/2002 reconhece como mortas as pessoas presas e desaparecidas durante o período de 1961 e 1988, o que invalida o argumento dos procuradores do MPF de que, como as vítimas nunca apareceram, o crime atribuído ao major Curió perduraria até os dias de hoje. Tofic afirmou que "(...) a verdade é que essas vítimas foram assassinadas, não simplesmente sequestradas, e a consequência disso é que os crimes, além de terem sido penalmente anistiados, já estão irremediavelmente atingidos pela prescrição." (Correio Braziliense – Opinião – 17/03/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/03/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 20/03/12; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 20/03/12)

3- Ministério Público Federal prepara ações criminais contra militares suspeitos de participar do desaparecimento de 24 pessoas durante o regime militar

Conforme divulgado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, apesar da Justiça Federal do Pará ter rejeitado no dia 16/03/12 a abertura de ação criminal contra o coronel reformado do Exército Sebastião Curió, acusado de sequestros durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), o Ministério Público Federal (MPF) prepara a abertura de ações criminais que visam punir militares responsáveis pelo desaparecimento de 24 pessoas que participaram na luta armada durante o período do regime militar (1964-1985), em São Paulo. Argumentando que o desaparecimento é um crime que ainda não foi solucionado, os procuradores alegarão que os militares acusados não estão abarcados pela Lei da Anistia (1979). Na avaliação do procurador Sergio Suiama, a anistia "só vale para crimes cometidos até 1979, o que não inclui o desaparecimento de vítimas cujos corpos nunca foram encontrados". Suiama informou que as entrevistas às testemunhas dos casos já se iniciaram. Entre os desaparecidos estão pessoas que foram presas pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e pela Operação Bandeirantes (Oban). (Folha de S. Paulo – Poder – 22/03/2012)

4- Grupos organizam-se para influenciar o trabalho da Comissão da Verdade

De acordo com jornal *Folha de S. Paulo*, com a proximidade do início do funcionamento da Comissão da Verdade, a partir da indicação de seus sete membros pela presidente da República, Dilma Rousseff, grupos da esquerda e da direita buscam reunir documentos para influenciar o trabalho da Comissão. Segundo o jornal, o ex-agente do Departamento de Ordem Política e Social de

São Paulo (Dops), Carlos Alberto Augusto, afirmou que, pelo lado dos militares, “nossa bíblia será o livro do Ustra”, referindo-se ao livro "A Verdade Sufocada", escrito pelo coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que relata diversos crimes cometidos pelos militantes de esquerda no período do regime militar (1964-1985). Por outro lado, familiares de vítimas do regime preparam um levantamento de documentos e de testemunhas, com interesse especial nos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que integrantes do governo estão preocupados em garantir que não haja desmobilização em relação à Comissão da Verdade, tendo previsto que os membros que vão conduzi-la sejam nomeados no mês de abril de 2012. O *Estado* ainda divulgou que a presidente da organização de direitos humanos argentina “Associação das Avós da Praça de Maio”, Estela de Carlotto, esteve presente em reuniões no Ministério da Justiça e na Secretaria de Direitos Humanos, discursando sobre a necessidade do apoio da população para a presidente da República, Dilma Rousseff. Em coluna opinativa na *Folha*, Denis Rosenfield mencionou que a Comissão da Verdade deveria ser desprovida de qualquer tipo de viés ideológico, julgando a atitude de Rousseff de condenar os militares que se posicionaram contra a revogação da Lei da Anistia inapropriada. Além disso, Rosenfield destacou que, no âmbito da Comissão da Verdade, os arquivos e documentos do período analisado, 1946 a 1988, devem ser abertos sem restrição, independente de quais seriam os grupos ou indivíduos que possam ser prejudicados. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/03/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 22/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/12)

5- Baixo orçamento Força Aérea Brasileira obriga ingressante a adquirir seu próprio material para o curso preparatório

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os recrutas que ingressam no curso de formação da Força Aérea Brasileira (FAB) são orientados a levar seu próprio material. Segundo o Estatuto dos Militares (1980), conjunto de leis que regulamenta as Forças Armadas, deve ser garantido, pelas três Forças, o fardamento completo aos militares da ativa que estejam em uma graduação inferior a terceiro-sargento. A compra dos produtos intitulados de “Material obrigatório para o início do curso” –que inclui camisetas, calções, calças e toalhas, entre outros itens– estaria, de acordo com alguns soldados, impedindo o ingresso de recrutas que não têm condições de arcar com essa despesa, orçada em cerca de R\$500. Entretanto, segundo o jornal, a FAB justificou que ninguém deixará de ingressar no seu contingente por falta desse material. Os recrutas que não tiverem condições de adquiri-lo devem ser encaminhados ao “setor de assistência social da unidade”. Além disso, a Aeronáutica afirmou que pedirá às outras organizações militares com curso preparatório que deixem de solicitar os materiais em caráter de obrigatoriedade, e que sejam considerados apenas como sugestão. A procuradora-geral do Ministério Público Militar do estado do Rio de Janeiro, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, determinou que a promotora Ione de Souza Cruz analise as denúncias e tome as atitudes compatíveis com o caso. Cláudia Luz também decidiu apurar denúncia de que o Instituto Militar de Engenharia (IME) estaria, da mesma forma, solicitando materiais básicos a seus ingressantes, que deveriam ser fornecidos pela

instituição. Em resposta, o Exército informou ao *Correio* que o material seria solicitado apenas para garantir o conforto dos conscritos –candidatos ao alistamento– durante o período de seleção. O coronel Pedro Ivo Moreira, reservista do Exército, afirmou que, embora fossem entregues dois enxovais para cada recruta, os recentes cortes orçamentários fizeram com que as forças passassem a conceder apenas um. De acordo com publicação no endereço eletrônico do Ministério da Defesa, está disponível R\$7,3 milhões para o Fundo do Serviço Militar em 2012, montante que deve suprir despesas do serviço militar como enxovais e alimentação. O *Correio* avaliou que, embora a Defesa tenha sido a terceira área mais atingida pelos cortes orçamentários anunciados por Dilma Rousseff, presidente da República, em fevereiro de 2012, o Ministério dispõe de R\$10,3 bilhões para 2012 –quantia semelhante aos R\$10,5 bilhões de 2011. Além disso, Celso Amorim, ministro da Defesa, afirmou em entrevista que um acordo com o governo promete que seja disponibilizado ainda em 2012 R\$1,7 bilhão. O corte orçamentário não deve interferir nos projetos estratégicos de investimentos do Ministério, como a construção do submarino nuclear, a construção do avião cargueiro KC 390, o desenvolvimento do blindado Guarani, a compra de helicópteros e a operação de manutenção do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Em setembro de 2011, Celso Amorim afirmou também, na reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que os gastos do Brasil com as Forças Armadas é o menor dentre os países pertencentes à sigla BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China. (*Correio Braziliense* – Brasil – 17/03/12; *Correio Braziliense* – Política – 22/03/12)

6- FAB mantém presença em região fronteiriça para onde foram deslocados 15 mil militares venezuelanos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) possui uma pista de pouso na cidade de Carambataí, no estado de Roraima, a 6 quilômetros do território da Venezuela, e a 6,5 quilômetros do território da Guiana. De acordo com o jornal, o posicionamento dessa pista é estratégico por estar em uma região que permite à FAB preservar a inviolabilidade do espaço aéreo. A presença da FAB nesta área torna-se ainda mais importante diante do recente deslocamento de 15 mil militares venezuelanos para a região fronteiriça com o Brasil, a Colômbia e a Guiana. Embora seja parte da Operação Sentinela, planejada e executada pelo governo venezuelano com vistas a minar o tráfico de drogas nessas regiões, essa mobilização militar poderia ser vista, de acordo com o *Estado*, como “elemento de confrontação”. (*O Estado de S. Paulo* – Internacional – 17/03/12)

7- Projeto de lei visa tornar sigilosas investigações de acidentes aéreos conduzidas pela Aeronáutica

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, um projeto de lei de 2007, agora esperando votação na Câmara dos Deputados, visa tornar secretas as investigações de acidentes conduzidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa) da Aeronáutica, com a intenção de impedir que detalhes da apuração sejam usados contra suspeitos de causar os acidentes. O texto do projeto de lei enfatiza que a função do Cenipa é conduzir

investigações que previnam novos acidentes, e não punir quem os causou. Tal interpretação é a mesma referendada por diretriz da Organização Internacional de Ação Civil, da qual o Brasil é signatário. A Aeronáutica aponta que os processos criminais devem ser policiais e, por isso, separados do Cenipa. Entretanto, os críticos do projeto de lei apontam que a impunidade pode aumentar, à medida que o sigilo das investigações do Cenipa pode engessar o trabalho da polícia. Para o procurador do Ministério Público, Mário Sarrubbo, e o advogado Luiz Alberto de Arruda Sampaio, a proposta em questão é inconstitucional, pois a comunicação do crime é obrigatória por lei. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 18/03/2012)

8- Governo brasileiro pretende anunciar empresa vencedora do Projeto FX-2, para modernização da FAB, até maio

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Projeto FX-2, que visa comprar novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), representa ao Brasil o acesso ao conhecimento para a fabricação de aeronaves semelhantes no país. Isso porque, no processo de licitação, a transferência de tecnologia é considerada questão primordial para a escolha da empresa fornecedora dos caças. As três empresas finalistas –a sueca Saab, a estadunidense Boeing e a francesa Dassault– esperam que a presidente da República, Dilma Rousseff, anuncie em maio qual a escolha do governo, já que o processo se alonga desde a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. O jornal avaliou que, das três finalistas, a que apresenta uma ação mais incisiva é a Saab, que está oferecendo transferência de tecnologia completa do caça Gripen NG. O projeto sueco é tornar o Brasil responsável por 40% do desenvolvimento das aeronaves, por 80% da fabricação das estruturas, com a completa integração dos dados, conforme declaração do presidente da Saab, Hakan Buskhe. A proposta da concorrente Dassault é semelhante, pois pretende vender os caças Rafale F3 ao Brasil com a transferência tecnológica integral, avalizada pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy. Já a Boeing, que concorre com a aeronave F/A-18E/F Super Hornet, ressaltou que a parceria EUA-Brasil, na esfera militar, resultará em benefícios nas áreas de energias alternativas e biocombustíveis. (Correio Braziliense – Especial - 19/03/12)

9- Presença do Exército será requisitada na Conferência das Nações Unidas Rio+20

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que ocorrerá em junho na cidade do Rio de Janeiro, contará com a presença do Exército na segurança pública. Na semana de 12/03/12, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro anunciou que criará uma subsecretaria exclusiva para grandes eventos, incluindo a Rio+20, para a qual está estimada a participação de 50 mil pessoas, sendo 80 chefes de Estado. A primeira ação da subsecretaria será atuar no planejamento de segurança da Rio+20, ao lado do Comando Militar do Leste (CML).(Correio Braziliense – Política - 19/03/12)

10- Grupo de militares da reserva lança manifesto criticando documento de colegas

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, um grupo de militares da reserva lançou um manifesto em resposta ao documento escrito por colegas, os quais criticaram Maria do Rosário, ministra dos Direitos Humanos, e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, em decorrência de seus posicionamentos favoráveis à revisão da Lei da Anistia (1979). Organizado pelos capitães de mar e guerra Luiz Carlos de Souza e Fernando Santa Rosa, o documento conseguiu apoio de militares como o brigadeiro Rui Moreira Lima, herói da Segunda Guerra e um dos dois únicos pilotos sobreviventes que constituíram o 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). No documento, Lima e os militares signatários evitam tecer críticas ao presidente do Clube da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Batista, porém mostram-se favoráveis à Comissão da Verdade, na interpretação de que esta não foi criada para punir. O novo manifesto, que declara que os militares da reserva não falam pelos da ativa e nem por muitos que estão na reserva, mostra que o Clube Militar não é uma instituição monolítica e que há vozes discordantes, conforme avaliação de Paulo Cunha, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Sendo assim, o grupo discorda da intervenção do governo nos Clubes Militares como represália ao protesto que foi encabeçado por pessoas que não contavam com o consenso da instituição que agrega os militares da reserva. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/03/12*)

11- Secretaria de Direitos Humanos pretende analisar presídios militares

Segundo publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Secretaria de Direitos Humanos, comandada pela ministra Maria do Rosário Nunes, enviou ao Congresso Nacional uma proposta de lei que autoriza a verificação das condições dos presídios militares e dos presos ali encarcerados, a qual já foi encaminhada para o plenário. As visitas compõem o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, seguindo as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). A Secretaria de Direitos Humanos destaca que o único presídio militar do Brasil, localizado no Rio de Janeiro e comandado pela Marinha, é um ambiente desconhecido, pois não há qualquer tipo de estatística quantitativa em relação à presos, estrutura e denúncias de tortura. No entanto, este não será o único foco de investigação, uma vez que os militares presos também são alocados em celas nas próprias unidades militares. Segundo o *Estado*, o Ministério da Defesa informou que não foi consultado sobre o projeto de lei, e o Exército afirmou que as prisões dentro de suas unidades militares estão de acordo com os padrões legais. Com o intuito de evitar críticas dos círculos militares, a Secretaria de Direitos Humanos enfatizou que o projeto de lei prevê a inspeção de toda unidade prisional existente no país, não tendo foco nas instituições militares. No entanto, conforme publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o projeto da Secretaria de Direitos Humanos acirrará os atritos entre a ministra Maria do Rosário e as Forças Armadas. Recentemente, a ministra foi alvo de críticas por afirmar que a Comissão da Verdade pode viabilizar processos judiciais contra agentes que atuaram no regime militar (1964-1985). Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o projeto desagradou militares e alguns parlamentares. Para o coronel do Exército Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar, a fiscalização de unidades militares

não faz sentido algum, pois ele desconhece qualquer caso de tortura em tais locais. Segundo o coronel, os comandantes e a própria guarnição já acompanham a rotina destes locais e denunciam qualquer irregularidade. Já para o vice-presidente da Associação de Militares da Reserva da Marinha, coronel Fonseca, a hipótese de visitas surpresas causou algumas reações; além disso, os presídios militares são muito melhores e mais controlados do que os civis. Por outro lado, grupos de defesa de direitos humanos sustentam que ainda existem maus tratos, humilhação e tortura nos quartéis. O controle externo das atividades das Forças Armadas é responsabilidade do Ministério Público Militar, que afirma desconhecer atuais casos de tortura nas unidades militares, contudo, o órgão não acompanha as prisões disciplinares. De acordo com o projeto de lei, a presidente da República nomeará 11 peritos, que terão autonomia para visitar qualquer local onde houver pessoas privadas de liberdade, seja por decisão judicial ou administrativa. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/03/12)

12- Documentos divulgados pelo Wikileaks revelam temor de governo argentino sobre as pretensões nucleares brasileiras durante governo Lula

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, documentos divulgados pelo site Wikileaks mostram o temor do governo argentino com as ambições internacionais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), principalmente que o Brasil a reavaliasse seus compromissos em relação à proliferação nuclear, podendo desenvolver a bomba atômica. Em conversas reservadas entre diplomatas americanos e funcionários argentinos no dia 25/12/09, foram manifestadas preocupações em relação à aproximação do Brasil com o governo iraniano, de Mahmoud Ahmadinejad, e a abertura de uma embaixada do Brasil na Coreia do Norte. O Chefe da direção de assuntos atômicos da Chancelaria de Buenos Aires, Gustavo Ainchil, manifestou temor em relação à política externa adotada e afirmou que o Brasil era o único dos membros do Bric (sigla que se refere ao grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China) que não possui a bomba atômica. Ainchil ainda se manifestou aliviado com o fim do governo Lula, pois nenhum outro presidente manteria uma política externa tão arriscada. Os documentos revelados pelo site Wikileaks foram produzidos dois meses após o então vice-presidente José Alencar ter defendido a construção da arma nuclear brasileira. Ainda de acordo com os documentos, se o Brasil se retirasse da Agência Argentino-Brasileira de Controle Nuclear (ABACC) ou resolvesse produzir a bomba, a Argentina desenvolveria tecnologia nuclear pacífica avançada para mostrar sua capacidade. Procurados pelo *Estado*, os governos da Argentina, Estado Unidos e Brasil não se pronunciaram sobre o assunto. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 23/03/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).